



O debate acerca do papel da desigualdade de gênero no modo de produção capitalista – uma pesquisa bibliográfica

Palavras-Chave: Modo de produção capitalista, Desigualdade de gênero, Gênero e capitalismo

Autores(as):

Brenda de Oliveira Buzzo, IFCH – UNICAMP

Prof. Dr. Armando Boito Júnior (orientador), IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Partindo do pressuposto que a categoria “mulher” – assim como qualquer outra categoria social – não existe fora das relações sociais que a circunscrevem, sendo sempre historicamente determinada e correspondente às condições concretas da sociedade (ARRUZZA, 2019a); e compreendendo que as práticas derivadas desta categoria não possuem significados fixos, biológicos ou essencialistas (SCOTT, 1990), diferentes teóricas da tradição do feminismo marxista buscaram - e buscaram - compreender qual a relação entre o modo de produção capitalista e a desigualdade de gênero. Na literatura existente, não há consenso sobre essa questão. A própria noção de desigualdade de gênero é controversa, visto que, além de ter assumido variações ao longo da história e apresentado particularidades conformadas por cada período e localidade, não apresenta causalidades ou determinações evidentes, mostrando-se, na verdade, uma complexa rede de imbricações articuladas. Como demonstra Arruzza (2019b), o debate é extenso, multifacetado e não apresenta linearidade, sendo formado por avanços e recuos, derivados do lugar social que os estudos acerca da condição das mulheres ocupavam na sociedade, o qual, por seu caráter marginal, limitava obras pioneiras em seu próprio tempo, obstaculizando a ressonância das teorias e, por conseguinte, seu acúmulo ao longo da história.

Embora as teorias marxistas acerca da desigualdade de gênero coincidam no que tange ao método e alguns pressupostos adotados - em especial a premissa da materialidade como fonte última de explicação da realidade concreta, cuja dinâmica está em contínua produção e reprodução - suas análises e desdobramentos são heterogêneos. Há consenso de que a desigualdade de gênero está presente no modo de produção capitalista, mas muitas teóricas marxistas não a compreendem como inseparável desse modo de produção e, tampouco, necessária para sua reprodução. Neste sentido, a pesquisa se propôs a lidar com o debate referente à seguinte pergunta: a desigualdade de gênero é ou não é imprescindível ao capitalismo? Questão teórica da qual decorre uma questão prática: é possível alcançar a igualdade de gênero dentro do capitalismo?

Buscou-se respostas a essas questões em três diferentes abordagens, inseridas na tradição marxista, sendo elas: a Teoria dos Sistemas Duplos, a Teoria do Capitalismo Indiferente às Identidades e a Teoria da Reprodução Social (TRS). Cada uma oferece respostas divergentes a essas perguntas. Para a tese do Capitalismo Indiferente às Identidades, o modo de produção capitalista não possui tendência estrutural para as desigualdades raciais e de gênero, beneficiando-se delas apenas de maneira dispensável. Já a Teoria da Reprodução Social, com seu projeto de uma teoria unitária, compreende que o capitalismo se estrutura a partir de um processo de acumulação que articula de modo indissociável a exploração do trabalho assalariado, isto é, a produção de mais-valia, com a opressão das mulheres, constrangidas a assumir o imprescindível trabalho de reprodução social – o trabalho doméstico, de cuidado e a reposição geracional que contribui para a reprodução da própria força de trabalho. Por fim,

estudou-se a Teoria dos Sistemas Duplos, para a qual o modo de produção capitalista e as relações de gênero são sistemas sociais independentes que em algum momento se cruzam, mas sem entreter relações de determinação obrigatórias e insuperáveis.

METODOLOGIA:

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, isto é, pautada na consulta de livros, artigos e outros materiais em que autores já abordaram e argumentaram sobre o tema, neste caso: o debate marxista acerca da relação entre o modo de produção capitalista e a desigualdade de gênero. Durante todo o período de estudo, foram elaborados fichamentos e relatórios de leituras, em que se buscou, além de sistematizar o conteúdo dos textos e obras lidos, inseri-lo em um contexto epistemológico mais amplo, evidenciando os pressupostos teórico-metodológicos adotados e os autores e teorias com os quais dialogam ou se contrapõem. Para tanto, recorreu-se à “leitura sintomal” desses trabalhos, uma metodologia específica de leitura proposta por Louis Althusser (2018). Nessa metodologia, além de considerar o que o(a) autor(a) afirma, busca-se detectar e revelar a estrutura ou problemática subjacente ao texto, o que possibilita um estudo comparativo crítico mais rigoroso, posto que evidencia os fundamentos normativos e possíveis desdobramentos políticos das teorias.

Objetivou-se apresentar as teses e os argumentos centrais de cada uma das teorias explicativas em questão – da reprodução social, dos sistemas duplos ou triplos e do capitalismo indiferente –, expondo, também, as teses com as quais elas estão polemizando. No caso da Teoria dos Sistemas Duplos, estudou-se o artigo de Heidi Hartmann, *Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo* (1996 [1975]), precursor na sistematização dessa abordagem que prevaleceu nas análises feministas marxistas da contemporaneidade; e o trabalho de Sylvia Walby (1989), responsável por inserir o eixo de desigualdade racial como um terceiro sistema. Para explicar a Teoria da Reprodução Social e seu projeto de elaboração de uma teoria unitária em contraposição às abordagens dualistas, dentre as diversas autoras que poderiam ser consultadas, foram escolhidas algumas centrais após um mapeamento desse novo campo de análise. São elas: Arruzza (2015, 2017, 2019a, 2019b), Bhattacharya (2019), Ferguson (2017, 2020), Ferguson & McNally (2022 [2013]), Vogel (1981, 2022 [1983]), Fraser (2020) e Fraser & Jaeggi (2020). Por fim, analisou-se a chamada Teoria do Capitalismo Indiferente às Identidades - que embora não tenha sido sistematizada por Ellen Meiksins Wood (2003) enquanto teoria em si, apresenta uma abordagem elaborada a tal ponto que pode ser tratada como um sistema teórico próprio, tal como faz Arruzza (2005). O objeto de estudo foi, principalmente, a obra *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (2003 [1995]), mas também outras produções de Wood, sendo elas *O que é (anti) capitalismo* (2006) e *O que é agenda “pós-moderna”?* (1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A década de 1960 é marcada por um contexto de intenso debate no movimento feminista estadunidense, no qual as teóricas buscavam compreender os fundamentos da desigualdade entre os gêneros a partir do arcabouço conceitual e metodológico da Economia Política marxiana (FERGUSON & MCNALLY, p. 58, 2022 [2013]). A tarefa de explicar as desigualdades a partir de sua constituição histórica se focou em sua dimensão concreta, mais precisamente na forma como a situação das mulheres era determinada pelas estruturas sociais e como essa determinação não ocorria de forma homogênea ou simplesmente cultural.

Embora esse debate derivasse, em grande medida, do esforço realizado pelas feministas marxistas de utilizar as categorias da Economia Política para demonstrar que as origens, reverberações e consequências das desigualdades só podem ser compreendidas mediante sua articulação com o modo de

produção capitalista - isto é, através de sua inserção no processo de reprodução do *status quo*, no qual gênero e raça aparecem como eixos centrais sobre o qual o capital se apoia -; muitas teóricas se limitaram à identificação da opressão das mulheres nos lares e na estrutura familiar burguesa, desarticulando-a da produção. Essa dualidade de sistemas de opressão, denominada "*dual-systems theory*" - traduzida como Teoria dos Sistemas Duplos - é, segundo Vogel (2022 [1983]) e Ferguson & McNally (2022 [2013]), a abordagem que imperou ao longo da história contemporânea do movimento feminista. As abordagens "duais", preponderantes durante as décadas de 1960 e 1970, foram norteadas pelas críticas ao marxismo, o qual, para as teóricas vinculadas a esse campo, era incapaz de explicar a situação das mulheres na sociedade capitalista, podendo apenas ajudar a compreender a situação das classes que a compõem.

A Teoria dos Sistemas Duplos foi sistematizada no texto de Heidi Hartmann (1996), escrito em 1975, no qual a autora estabelece a separação da ordem social em dois sistemas distintos e independentes que não possuem relação de determinação ou estruturação entre si, sendo eles: o patriarcado e o modo de produção capitalista. Como vetores autônomos que em algum momento se cruzam, esses dois sistemas se adaptaram e passaram a reforçar-se mutuamente, estabelecendo uma relação de colaboração facultativa, isto é, uma relação de interação dispensável em que o fim de um dos sistemas não implica na desestabilização do outro. O argumento de Hartmann (1996 [1975]) alicerça-se na ideia de que "as categorias marxistas, como o próprio capital, são cegas ao sexo" (p. 8, tradução nossa), o que implica na compreensão de que o marxismo é incapaz de explicar a desigualdade de gênero não apenas porque seu sistema conceitual está alheio a ela, mas porque o próprio capitalismo não precisa dela para reproduzir-se. Neste sentido, a autora argumenta que não há um capitalismo puro, mas sim um capitalismo patriarcal, definido, de um lado, pela maneira como a produção é organizada e, de outro, pelo modo como se organizam as relações de gênero e a reprodução do homem em si mesmo.

A proposição teórica de Hartmann (1996 [1975]), enquanto uma síntese do tratamento autônomo entre os sistemas de opressão, que historicamente vigorou nas análises feministas, é objeto de crítica essencial para a formulação da Teoria da Reprodução Social. Em 1981, com a publicação de *Women and Revolution*, livro organizado por Lydia Sargent, o texto foi debatido por diversas autoras. Destaca-se, principalmente, o artigo *Marxism and feminism: unhappy marriage, trial separation or something else?* (1981), escrito por Lise Vogel, no qual a socióloga estadunidense, a partir das críticas ao sistema de Hartmann, apresentou uma possível leitura menos economicista do marxismo, capaz de nortear a compreensão da situação das mulheres na sociedade de classes a partir das categorias da Economia Política. Em 1983, essa crítica transformou-se no livro *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* (2022 [1983]). Este livro representa a fundação de um novo campo do feminismo marxista, agora não mais gestado a partir da necessidade de superação da insuficiência das categorias de Marx, mas sim pela demonstração da validade de tais categorias para compreender a situação das mulheres no modo de produção capitalista. É neste sentido que a TRS evidencia que o processo de generificação, em sua combinação indissociável com o processo de exploração da força de trabalho, produz formas de opressão que não podem ser desarticuladas de sua relação dialética para com o todo capitalista, o qual elas, sendo partes dele, expressam (FERGUSON, 2017). Isso quer dizer que, para as teóricas da TRS, por mais que a desigualdade entre homens e mulheres anteceda o capitalismo, inserida neste, a opressão das mulheres e as relações de poder hierarquicamente generificadas adquirem características particulares e passam a estruturá-lo e fazer parte de seus elementos fundamentais. Dizer isso significa assumir a hipótese de que a desigualdade de gênero está vinculada com a necessidade estrutural de reprodução do modo de produção capitalista, uma vez que sem o trabalho doméstico, de

cuidado e de reproduzir a classe operária, força de trabalho para o capital explorar, o capitalismo desmorona.

Ao contrário dessas análises que buscaram investigar a contingente colaboração (Teoria dos Sistemas Duplos) ou estruturação (Teoria da Reprodução Social) entre a desigualdade de gênero e o modo de produção capitalista, há uma terceira abordagem marxista desta desigualdade que deve ser mencionada: a tese do Capitalismo Indiferente às Identidades. Apesar desta abordagem não ter sido cunhada a partir de um esforço de sistematização de uma teoria, seus pressupostos e desdobramentos apresentam uma terceira possibilidade de interpretação acerca da relação entre capital e gênero. Formulada pela marxista, também estadunidense, Ellen Meiksins Wood, em 1995, essa tese busca compreender quais são os tipos de opressão que o capitalismo exige e quais ele tolera, ou seja, quais opressões são fundamentais e a quais ele é indiferente. Assim sendo, defende que o capitalismo é indiferente às identidades, pois não possui disposição estrutural para criar as desigualdades “extraeconômicas” - de gênero, raça ou outra fora do domínio econômico (WOOD, 2003 [1995]). Ao contrário, para a autora, ele possui tendência natural de questionar e diluir identidades, ainda que apresente uma relação oportunista com as desigualdades que o antecederam. Essa tendência, no caso da questão de gênero, significa que o capitalismo enfraquece os princípios do patriarcado, o qual, para a autora, pode permanecer independentemente do modo de produção em que está inserido. A desconfiança de Wood (2003 [1995]) em relação às “políticas de identidade” pode ser inserida em um contexto mais amplo de desconfiança do marxismo em geral com a ascendência da teoria pós-moderna no âmbito intelectual. Wood (2003 [1995]), ainda que advogue pelo fim das opressões como um todo, argumenta que a luta por essas questões “extraeconômicas” oculta a real luta capaz de transformar a sociedade: a luta de classes.

CONCLUSÕES:

Diante do exposto e retomando a pergunta central do debate analisado - a saber, se a desigualdade de gênero é ou não é imprescindível ao capitalismo -, concluiu-se que as teorias do Capitalismo Indiferente às Identidades e dos Sistemas Duplos, apesar das diferenças entre si, defendem que não há tal imprescindibilidade, mas sim contingência; a Teoria da Reprodução Social, por sua vez, argumenta que há.

Observou-se que as respostas derivam, em última instância, da compreensão que as autoras possuem do conceito de modo de produção. Para as primeiras, este conceito é definido em um sentido mais estrito, em que as relações de produção aparecem apartadas das outras relações sociais vinculadas a gênero ou raça, ou seja, mesmo que outras relações de opressão existam em determinada formação social do modo de produção capitalista, estas não são capazes de informar nada sobre a estrutura desse modo de produção, cuja realização depende apenas das relações entre as classes. Isso significa que, estruturalmente, o modo de produção capitalista não implica em nenhuma forma de desigualdade além daquela de cunho econômico, sendo qualquer outra resquício contingente do passado que permaneceu nas sociedades, mas que pode ser resolvida sem que se altere a dinâmica de acumulação. Já para a TRS, o conceito de modo de produção capitalista implica invariavelmente em formas de reprodução que, ainda que ocorram em partes no âmbito da produção em si - sendo grande parte do trabalho de cuidado realizado por empresas capitalistas com base no trabalho assalariado -, são também realizadas por intermédio de instâncias sociais ou “planos de fundo”, nos termos de Fraser (2020, p. 70), que atuam em âmbitos “para além do econômico”, criando condições para a reprodução das relações econômicas capitalistas. Embora o processo de produção da mercadoria “força de trabalho” ocorra, ao menos em parte, em moldes pré-capitalistas, não significa que ele, como compreende a Teoria dos Sistemas Duplos, esteja desarticulado do modo de produção capitalista; ao contrário, ele constitui uma condição

de existência inextinguível desse modo de produção que necessita da classe trabalhadora para realizar-se. Assim, por mais que a desigualdade entre homens e mulheres anteceda o capitalismo, inserida neste, a opressão das mulheres e as relações de poder hierarquicamente generificadas adquirem características particulares e passam a constituí-lo e fazer parte de seus elementos fundamentais.

Diante disso, a pesquisa concluiu, na medida em que o estágio de formação da pesquisadora permite, que, em comparação às outras teorias estudadas, a Teoria da Reprodução Social apresenta um maior potencial explicativo acerca da relação entre o modo de produção capitalista e a desigualdade de gênero. A proposição de indissociabilidade entre produção e reprodução social no modo de produção capitalista, embora já tenha sido argumentada por outros autores - como Althusser (2018) e seu conceito ampliado de modo de produção -, ganha novos contornos quando a opressão das mulheres é incorporada de modo constituinte. O projeto de ampliação do marxismo a partir da pioneira obra de Vogel (2022 [1983]) representa uma contribuição teórica inovadora para o marxismo e para o feminismo.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, v. 23, n. 01, 2015.

_____. Gênero como temporalidade social: Butler (e Marx). *Crítica Marxista*, revista eletrônica, nº 49, p. 77-99, agosto, 2019a.

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*. Campinas, nº 10, 2017.

_____. **Ligações perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina Editorial, 2019b.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, nº 32, 1º semestre de 2019.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13-38, 2017.

_____. Las visiones del trabajo en la teoría feminista. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, n. 16, p. 17-36, 2020.

FERGUSON, S; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. In: VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [2013].

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, [S. l.], v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020.

FRASER, N; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 252.

HARTMANN, H. *Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo*. Vol. 88. Barcelona: **Fundació Rafael Campalans**, 1996.

VOGEL, L. Marxism and feminism: unhappy marriage, trial separation or something else?. In: SARGENT, Lydia (Ed.). **Women and revolution**: A discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism. Montreal: Black Rose Books Ltd., 1981.

_____. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1983].

WALBY, S. Theorising patriarchy. *Sociology*, v. 23, n. 2, p. 213-234, 1989.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 227-242.

_____. O que é (anti) capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v. 17, julho, 2006.

_____. O que é agenda “pós-moderna”?. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da História**: Marxismo e pós-modernismo. Zahar, 1999.